

O ARROCHO NOS GASTOS

A confirmação, feita ontem pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, de um “corte generalizado” de gastos no governo Dilma Rousseff, além de um esforço para controlar novas despesas, faz sentido para um país que precisa manter a inflação sob controle e evitar taxas de juros muito elevadas. Se prevalecerem as intenções iniciais, o arrocho fiscal pode se mostrar até mesmo maior do que o posto em prática no início da primeira administração Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, quando a economia estava às voltas com sequelas da campanha eleitoral e da transição política. Como, desta vez, a sucessão presidencial será marcada pela continuidade – a começar pela manutenção do ministro da Fazenda no cargo –, a imperiosidade da tesoura nos gastos serve ao menos para demonstrar por que o futuro governo precisará agir desta forma, em grande parte, porque o atual não se preocupou em observar o rigor fiscal num ano de acirradas disputas eleitorais.

Ainda em fase de definições, a tesourada nos gastos públicos deverá ser seletiva, por decisão da presidente eleita. Isso significa que gastos sociais, como os do Bolsa-Família, serão poupados dos cortes, mas que será inevitável uma desaceleração no ritmo de ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ainda não iniciadas. O governo federal compromete-se também a concentrar forças para restringir as chances de novas frentes de gastos, algumas das quais vinham sendo contidas ao longo do ano. Entre outras ameaças às contas do futuro governo, estão o reajuste do Judiciário e a PEC 300, que equipara vencimentos de policiais militares e bombeiros de todo o país aos do Distrito Federal. Só esta última alternativa teria um impacto estimado em R\$ 46 bilhões nos gastos da União e dos Estados, suficiente para desequilibrar ainda mais as contas do setor público.

Tanto no pretendido corte de dispêndios quanto na intenção de evitar mais despesas, o futuro governo precisará contar com a ajuda efetiva do Congresso, normalmente mais propenso a se mostrar perdulário. A situação chegou ao ponto de exigir providências drásticas porque, em perí-



Tanto no pretendido corte de dispêndios quanto na intenção de evitar mais despesas, o futuro governo precisará contar com a ajuda efetiva do Congresso, normalmente mais propenso a se mostrar perdulário.

odos de maior instabilidade política e em períodos de campanha eleitoral, o atual governo mostrou-se leniente com a questão dos gastos, preocupado com a necessidade de reforçar sua base de apoio parlamentar. Sempre que isso ocorre, algumas categorias mais influentes podem até ser favorecidas sob o aspecto salarial, mas a conta acaba sendo transferida para a totalidade dos contribuintes.

O país, que tem a responsabilidade de preservar a estabilidade e de manter um ambiente favorável para os investimentos, deve se mostrar sempre rigoroso no controle das finanças do setor público. Ao mesmo tempo, precisa se mostrar firme na determinação de promover reformas que contribuam para reforçar a estabilidade e os investimentos, como é o caso, entre outros, da tributária, da previdenciária e mesmo da política.

Sensibilidade política

A mobilização suprapartidária, em solidariedade à deputada Luciana Genro, tem o poder de expressar o ponto de vista de um contingente expressivo de líderes políticos gaúchos. Independentemente de vínculos com partidos e ideologias, lideranças se uniram em defesa da legítima aspiração da parlamentar de disputar uma cadeira na Câmara de Vereadores de Porto Alegre em 2012. Luciana, com trajetória política própria, enfrenta uma situação complexa desde as eleições de outubro último, quando não conseguiu a reeleição porque seu partido, o PSOL, não obteve quociente eleitoral para a Câmara no Estado.

Sem mandato a partir do próximo ano, a

parlamentar espera dar continuidade à carreira, desta vez como pretendente a uma cadeira do Legislativo da Capital, mas enfrenta novo impasse. Por força da Constituição, seria inelegível, como filha do governador eleito Tarso Genro, do PT. Adotada desde 1934 como norma constitucional e reforçada pela Carta Magna de 1988, a inelegibilidade tem, nesses casos, o objetivo de moralizar o exercício de funções públicas. Busca-se evitar uma prática dos primórdios da República, em que oligarquias tentavam ampliar seus poderes com a perpetuação de familiares em cargos executivos ou legislativos.

São inquestionáveis as virtudes da Constituição e da legislação complementar, que impõem regras moralizadoras da atividade públi-

ca. A situação de Luciana Genro, no entanto, já inspirou reflexões de especialistas em Direito Eleitoral, segundo os quais as atividades de um vereador se dão em esfera muito distinta das atribuições e do alcance de um governador. Já penalizada, como seus eleitores, pelo rigor da lei que trata do quociente eleitoral, a deputada tem ainda a seu favor o fato de que construiu sua trajetória por méritos próprios.

A manifestação suprapartidária de ontem reafirma esses e tantos outros argumentos, não para que o caso da parlamentar tenha o tratamento de exceção, mas para que essa e outras situações semelhantes sejam analisadas, sem afrontar a Constituição, com a habitual sensibilidade da Justiça Eleitoral.

Presídio urgente! Mas quem paga?

MATHEUS ROCHA FAGANELLO*

Nos últimos meses, muito se discutiu se havia urgência para a construção de presídios no Estado. Sem valer-se de “juridiquês”, é difícil explicar que urgência na construção de presídio é algo diferente de dispensa de licitação para a construção urgente de um presídio. Também é difícil discutir se a urgência justifica a construção de cinco presídios sem licitação, ou se bastaria a construção de um presídio para diminuir o problema, enquanto se aguarda a licitação dos outros que servirão para trazer a solução definitiva, sem que para isso seja necessário um artigo técnico.

Essas questões, entretanto, estão superadas, pois o Tribunal de Contas do Estado está inclinado a reconhecer a urgência na construção de todos os presídios.

Ou seja, o fato é que os presídios serão construídos sem a devida licitação. Isso naturalmente traz um custo maior, em razão da ausência de competição que tende a diminuí-lo.

Uma vez que isso é inevitável, devemos questionar: e a responsabilidade por esses gastos extras é de quem?

Ora, não estamos falando de urgência causada por um evento imprevisível, como os temporais que assolaram Canela e obrigaram o município a reconstruir inúmeras casas, sem que fosse possível prever a situação. A urgência no caso dos presídios decorreu de falta de planejamento por anos, que agravou um problema já conhecido.

Simplemente deixar que um problema se torne urgente, para então dispensar a licitação, e com isso aumentar inevitavelmente os custos, é irresponsabilidade e como tal deve ser tratada. Não aponto culpados, nem os julgo, pois não me compete. Mas lanço o debate sobre a necessidade de fazê-lo, pois creio ser indispensável a responsabilização e a punição daqueles que deram causa à situação atual.

Do contrário podemos esperar a urgência e a dispensa de licitação para resolver problemas como a ponte do Guaíba, o metrô de Porto Alegre, a duplicação do eixo rodoviário Porto Alegre-Rio Grande... Pois, no fim, quem paga a conta somos nós.

*Advogado

Grupo **RBS**

Presidente Emérito:
Jayme Sirotsky

Fundador:
Maurício Sirotsky Sobrinho (1925-1986)

Conselheiros:

Betania Tanure
Carlos Melzer
Cláudio Thomaz Lobo Sonder
Gustavo Ioschpe

Jayme Sirotsky
Luiz Henrique Fraga
Pedro Pullen Parente
Pedro Sirotsky
Sérgio Sirotsky

Vice-presidente RS: Geraldo Corrêa
Vice-presidente SC: Eduardo Magnus Smith
Vice-presidente Mercado Nacional: Eduardo Aspesi
Vice-presidente Gestão e Pessoas: Antônio Augusto Pinent Tigre
Vice-presidente Institucional e Jurídico: Paulo Tonet Camargo

Diretor Executivo de Desenvolvimento Estratégico:
Marcos Noll Barboza
Diretor Executivo de Finanças:
Claudio Toigo Filho

Conselho de Administração e Diretoria Executiva

Presidente: Nelson Pacheco Sirotsky
Vice-presidente executivo: Eduardo Sirotsky Melzer

Diretor-Geral de Produto do Grupo RBS: Marcelo Rech
Diretora de Internet do Grupo RBS: Marta Gleich
Diretor-Geral de Mercado RS: Carlos Araújo Santos

ZERO HORA

Fundada em 4 de maio de 1964

Diretor de Operações: Christiano Nygaard
Diretor de Redação ZH: Ricardo Stefanelli
Diretor Comercial: Renato Mesquita